

ESTADO DO PIAUÍ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ EDITAL N.º 4 – TJPI, DE 21 DE SETEMBRO DE 2007



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DO PIAUÍ

- O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ (TJPI) torna pública a relação dos candidatos ao concurso público para provimento de vagas no cargo de Juiz de Direito Substituto do Estado do Piauí que tiveram seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição preliminar deferidos.
- 1 Relação dos candidatos que tiveram seus pedidos de isenção do pagamento da taxa de inscrição preliminar deferidos, na seguinte ordem: número de inscrição preliminar e nome do candidato em ordem alfabética.

10000024, Carlos Henrique Martins Junior / 10000081, Marcelo Luck Marroquim.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 2.1 O deferimento do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição preliminar não exime o candidato, caso este não seja eliminado no concurso, de ser submetido à perícia médica, nos termos do item 3 do Edital n.º 1 TJPI, de 24 de agosto de 2007, publicado no *Diário de Justiça do Estado do Piauí*.
- 2.2 O relação constante do item 1 deste edital está condicionada à perícia médica citada no subitem anterior.
- 2.3 O candidato que teve seu pedido de inscrição preliminar deferido, não eliminado no concurso, que for reprovado na perícia médica por não ter sido considerado deficiente, nos termos do item 3 do edital de abertura, terá de ressarcir a Administração Pública o valor da taxa de inscrição preliminar.
- 2.4 Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção indeferidos deverão, para efetivar a sua inscrição preliminar no concurso, acessar o endereço eletrônico http://www.cespe.unb.br/concursos/tjpi2007 e imprimir GRU COBRANÇA, por meio da página de acompanhamento, para pagamento até o dia 28 de setembro de 2007, conforme procedimentos descritos no edital de abertura.
- 2.5 O interessado que não tiver seu pedido de isenção deferido e que não efetuar o pagamento da taxa de inscrição preliminar na forma e no prazo estabelecidos no item anterior estará automaticamente excluído do concurso público.
- 2.6 O candidato que teve o seu pedido de isenção deferido deverá acompanhar a publicação do edital de locais e horário de realização das provas.

Desembargador LUÍS FORTES DO RÊGO Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí